



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LABORATÓRIO MULTIMÍDIA DE PESQUISA HISTÓRICA



SÍNTESE DE PROJETO DE PESQUISA

História, Documentação e Patrimônio: Preservação, Acesso Digital e Uso de Fontes Históricas na Identificação do Patrimônio Cultural

Equipe

Jonas Marçal de Queiroz – Coordenador (DHI/UFV)

Leonardo Civale (DGE/UFV)

Luana Melo e Silva (UFOP/UFV)

Gustavo de Souza Oliveira (INHIS/UFU)

Eliane de Castro Silva (DDE/UFV)

Eduardo Luiz dos Santos (DHI/UFV)

Mileny Aparecida Lacerda Prates (DHI/UFV)

VIÇOSA, SETEMBRO 2018

1. Objetivos

O conceito de patrimônio tem sido objeto de um intenso debate, cuja tônica consiste em rever uma concepção que, a partir do século XVIII, sob influência Revolução Industrial e da Revolução Francesa, insistiu em estabelecer sua relação com uma pretensa identidade nacional. Entre as consequências desta revisão destaca-se um número impressionante de novos adjetivos que passaram a impregnar o velho conceito: imaterial, natural, ambiental, genético, digital, documental, entre outros. Este processo demonstra, em grande parte, uma tentativa de inclusão de novos atores e, portanto, de novas perspectivas, uma vez que a circunscrição do conceito ao âmbito dos quadros nacionais é atualmente percebida como limitada e comprometida com a ideologia de determinados grupos.

Interessa-nos, portanto, no âmbito deste projeto, centrar as atenções no debate acerca da ampliação e revisão do conceito de patrimônio, particularmente no que se refere à questão das suas relações com as fontes históricas. Nesse sentido, objetivamos:

- 1) conhecer e analisar os processos de constituição dos acervos documentais, em particular os da Zona da Mata mineira;
- 2) dotar a Universidade Federal de Viçosa de uma estrutura arquivística completa, composta por arquivos corrente, intermediário e permanente;
- 3) discutir e aplicar métodos de conservação preventiva, identificação e difusão de acervos documentais;
- 4) avaliar a constituição do patrimônio documental em suas esferas nacional, regional e mundial;
- 5) examinar o uso das fontes históricas, bem como das metodologias inerentes ao ofício do Historiador, nas ações de preservação do patrimônio cultural.

Os arquivos públicos foram constituídos com o objetivo de preservar a memória administrativa oficial. Nesse sentido, deram prioridade à preservação de decretos, atos, portarias, regulamentos e registros de leis, bem como as correspondências entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Com o passar do tempo, sobretudo ao longo do século XX, houve uma ampliação significativa do conceito de documento, inclusive de documento textual. Os arquivos públicos modernos, portanto, preservam não apenas documentos que se enquadram na tipologia acima como também fotos, filmes, microfilmes etc. Atualmente, devido a

revolução provocada pelo desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, assiste-se a um processo vertiginoso de informatização, tanto na esfera pública como na privada, sem que haja uma discussão mais pormenorizada sobre as vantagens, desvantagens e, sobretudo, sobre os riscos que o uso na tecnologia pode acarretar na produção e arquivamento dos documentos.

Paradoxalmente, verifica-se, no mesmo contexto, a existência de muitas instituições, como fóruns, prefeituras, câmaras municipais e inclusive universidades, como a própria Universidade Federal de Viçosa, desprovidas de um sistema de organização e gestão da sua memória. Se o abandono dos acervos documentais nos suportes tradicionais já é por si só um fato grave, mais grave ainda é o fato de estas instituições estarem entrando para a chamada “era digital” sem haver resolvido problemas inerentes ao tratamento de sua memória.

2. Justificativa

Sabemos que, no Brasil, a partir de meados do século XIX, algumas instituições, sendo a principal delas o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), dedicaram-se ao árduo trabalho de reunir, preservar e divulgar documentos relativos à história do país. Se a necessidade de proteção deste patrimônio documental ainda não era uma questão premente naquele período, tornou-se a partir de 1946, quando, pela primeira vez, foi objeto de uma determinação constitucional.¹ Entretanto, logo verificou-se que a preservação da memória nacional não se resolveria através de um decreto nem mesmo através de um dispositivo constitucional.

Desta forma, até o final da década de 1980, o acesso a documentos produzidos no passado ainda era muito problemático, inclusive nas regiões mais desenvolvidas. Com exceção do Arquivo Nacional, de alguns arquivos estaduais e umas poucas instituições públicas e privadas, entre elas o próprio IHGB e suas sessões regionais, diversos Estados do país sequer possuíam uma instituição arquivística. Mesmo nos centros hegemônicos, grande parte dos acervos permanecia guardada nos porões das instituições públicas, como Fóruns, Prefeituras, Câmaras Municipais, Cartórios etc. Um grande volume foi também destruído por intempéries,

¹ Referimo-nos ao Artigo 175 da Constituição de 1946: “As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do poder público.” BALEEIRO, Aliomar; LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Constituições Brasileiras. Volume 5: 1946**. 3. ed. — Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012, p. 89.

pela negligência e pelo desconhecimento. Vez por outra alguma decisão governamental ameaçava destruir partes significativas dos arquivos e depósitos existentes.²

Em 1991, finalmente, a Lei nº 8.159, também conhecida como Lei dos Arquivos, deu início ao que viria a ser a primeira tentativa de se estabelecer uma política nacional de arquivos em nossa história. Além de reafirmar o compromisso do poder público com a proteção, conservação e acesso aos documentos públicos e privados, esta lei criou uma estrutura, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), destinada a elaborar e executar a referida política. De 1991 até 2011, quando foi promulgada a Lei no 12.527, que regula o acesso à informação previsto na Constituição de 1988, houve um processo crescente de conscientização e também de institucionalização da política nacional de arquivos, as quais contribuíram para a adoção, em várias partes do país, de programas de identificação, preservação e acesso a documentos públicos e privados. Paralelamente, algumas universidades assumiram a guarda de documentos públicos, notadamente documentos cartoriais, fruto da crescente profissionalização do ofício do historiador. Influenciados por pesquisadores de outros países, que chegavam ao país para realizar seus estudos e se deparavam com a dificuldade de acesso a fontes históricas, os historiadores passaram a se preocupar cada vez mais com a preservação do patrimônio documental.³

Paralelamente a este processo, mais precisamente a partir de 1992, a UNESCO estabeleceu um programa internacional intitulado “Memória do Mundo”, derivado da conscientização sobre os riscos que as guerras, conflitos sociais e outros fatores, como dificuldades materiais, representavam para as fontes históricas. Preparou-se, então, uma primeira lista de acervos cinematográficos, documentais e bibliográficos que deveria receber proteção. Projetos com orientações sobre o uso de tecnologias contemporâneas na reprodução

² LACOMBE, Américo Jacobina; SILVA, Eduardo; BARBOSA, Francisco de Assis. **Rui Barbosa e a Queima dos Arquivos**. Brasília: Ministério da Justiça/Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. SLENES, Robert. O que Rui Barbosa não queimou. Novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 13, n. 1, pp. 117-49, 1983.

SLENES, Robert. Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora? **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 166-196, mar./ago. 1985.

³ A partir da década de 1960, historiadores norte-americanos receberam apoio de várias instituições dos EUA para pesquisar a América Latina, o que estimulou a busca por documentos não explorados até então, como inventários, testamentos, registros de nascimento etc. Habitados a explorar estas fontes no seu país, os chamados “brasilianistas” estimularam seu uso também na escrita da História do Brasil, forçando as instituições arquivísticas a se preocuparem com a sua preservação e difusão. SILVEIRA, Maximiliano Servi da; BRITO, Luciana Souza de; RODRIGUES, Mateus de Moura. O Patrimônio Documental do Cartório de Registro de Imóveis e suas relações com a memória do Município de Rio Grande/RS. **Revista Analisando em Ciência da Informação**. João Pessoa, v. 4, n. especial, out.2016. p. 780-781.

de acervos originais em outros meios, como microfilme e CD-ROM, começaram também a ser executados com mais frequência e amplitude. Comitês regionais e nacionais do Programa foram criados em diversos países para coordenar planos de ação e preparar candidaturas de novos acervos para a lista do Patrimônio Documental Mundial.

O comitê brasileiro surgiu em 2004, tendo como objetivo, entre outros, identificar, avaliar e selecionar documentos e coleções de importância mundial para serem registrados junto ao Programa Memória do Mundo em seus três níveis: nacional, regional e mundial. No âmbito nacional, a partir de 2007, cerca de dez itens foram selecionados anualmente para compor o Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO. Esta seleção vem sendo feita a partir da inscrição em formulário fornecido pelo Programa e preenchido pela instituição detentora do acervo. Paralelamente à seleção dos acervos, o Programa promove ações voltadas para a difusão de suas propostas e a conscientização acerca da importância da preservação dos acervos documentais nos mais diversos suportes.

Desde 2004, com a criação do Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica (LAMPEH), vinculado primeiramente ao Departamento de Artes e Humanidades e, posteriormente, ao Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa, a identificação, salvaguarda e difusão de acervos documentais tem sido uma das preocupações de um grupo de pesquisadores desta instituição. Vários projetos de pesquisa e de extensão foram realizados desde então, tais como:

- 1) Organização do acervo documental do Padre Mendes, vinculado ao Departamento de Economia Doméstica da UFV;
- 2) Organização do Arquivo da Câmara Municipal de Viçosa;
- 3) Organização e Acesso em Meio Digital dos Inventários dos Cartórios do 1º e 2º Ofícios da Casa Setecentista de Mariana (IPHAN);
- 4) Organização do Arquivo do Fórum da Comarca Viçosa;
- 5) Organização do Arquivo do Fórum da Cidade de Piranga.

Além destes projetos, foram realizadas diversas ações no âmbito da própria Universidade Federal de Viçosa, tendo em vista que esta instituição possui diversas coleções de documentos espalhados por diversas instâncias, tais como Arquivo Central e Histórico da UFV; Museu Histórico da UFV; Departamento de Engenharia Florestal etc. Apesar das ações empreendidas, estes acervos encontram-se, ainda, em estado precário de conservação e carecem de uma política institucional de preservação da memória.

As ações do LAMPEH tiveram desdobramento consequente a partir de 2014, com a criação do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. O envolvimento do LAMPEH com ações de preservação do patrimônio aprofundaram-se consideravelmente, com o estabelecimento de convênios com o Município de Viçosa, bem como com a realização de dissertações de mestrado voltadas para a questão da preservação, identificação e difusão de acervos documentais. Entre estas dissertações, destacam-se as de Mileny Aparecida Lacerda Prates (Patrimônio Documental, Memória e Cidadania: o tratamento arquivísticos e a proposta de um quadro de arranjo para o arquivo permanente da Comarca de Viçosa) e de Aline Nascimento Ribeiro (História, Memória e Patrimônio: o lugar dos documentos nas políticas de patrimônio cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a partir da experiência do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana). A dissertação de Eliane de Castro Silva, intitulada “Museu Regional de Entomologia da Universidade Federal de Viçosa: uma proposta de institucionalização”, embora tenha se voltado para a área da museologia, também merece ser lembrada, visto que se trata de uma pesquisa que evidencia o cuidado com a questão da preservação da memória.

O esforço destas pesquisadoras vieram somar ao de Eduardo Luiz dos Santos, cuja dissertação de mestrado, intitulada “Diagnóstico da Situação Arquivística da Universidade Federal de Viçosa”⁴ assinalou a falta de critérios para a destinação de documentos na UFV, consequência da inexistência de uma política de gestão de documentos e arquivos. A inexistência desta política, segundo o autor, faz com que esta IFES seja obrigada a manter imensos depósitos de documentos, uma vez que sem uma avaliação rigorosa dos mesmos torna-se impossível adotar uma política de descarte. Assim sendo, os documentos vão sendo arquivados em situações muito precárias, estando sujeitos à perda pela ação de diversos fatores de risco, tais como sujidade, humidade, infestação por insetos, calor etc. Outro efeito desta situação é a dificuldade, senão impossibilidade, de encontrar documentos requeridos, pois, apesar dos esforços de vários servidores responsáveis por estes acervos, não há, na maioria dos setores, um sistema de organização e classificação dos documentos. A instituição carece, portanto, de um sistema eficiente de gestão dos documentos e arquivos, dotado de arquivo corrente, intermediário e permanente.

⁴ SANTOS, Eduardo Luiz dos. Diagnóstico da Situação Arquivística da Universidade Federal de Viçosa. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2017.

A situação descrita por Eduardo Luiz dos Santos na UFV é muito semelhante à da maioria das instituições públicas da Zona da Mata.

3. Ações Previstas

Este projeto é vinculado ao Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica (LAMPEH), que desde sua criação em 2004 vem promovendo, com a participação de pesquisadores, estudantes e técnicos, em colaboração com algumas entidades, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Prefeitura Municipal de Viçosa, ações voltadas para a conservação preventiva, difusão e acesso público de livros e documentos.⁵ Várias destas iniciativas receberam apoio financeiro de instituições de fomento, como a FAPEMIG, o CNPQ, o MEC/PROEXT, entre outras. Com a criação do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, foram desenvolvidas dissertações sobre a temática abordada neste projeto, cujas ações preveem o apoio a novos projetos voltados para a questão da preservação e difusão de acervos documentais, museais, bibliográficos etc. É também propósito do LAMPEH e, em particular, deste projeto estimular a discussão sobre o uso das fontes históricas e das metodologias a elas aplicadas nas realizações de ações destinadas à preservação do patrimônio material e imaterial.

Outra ação prevista diz respeito à participação do LAMPEH e do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania na Cátedra UNESCO “Patrimônio Imaterial e Saber Fazer Tradicional”, vinculada ao Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades (CIDEHUS) da Universidade de Évora (Portugal). Esta ação consiste na criação do Laboratório Vivo do Patrimônio, voltado para a implementação de um Fórum de Conselhos Municipais do Patrimônio, cujo objetivo é discutir e executar políticas de preservação e difusão do patrimônio cultural.

4. Bibliografia Básica

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução de Andréa Dore. Revisão técnica de José Jobson de Andrade Arruda. Bauru, SP: Edusc, 2006.

⁵ Informações sobre os projetos do LAMPEH estão disponíveis no sítio: <http://www.lampeh.ufv.br>.

- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**. Tratamento documental. 2a edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Trad. de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016.
- CARVALHO, Ana. **Os Museus e o Patrimônio Cultural Imaterial. Estratégias para o desenvolvimento de boas práticas**. Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS, 2011.
- CHUVA, Márcia Regina Romero. **Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 e 1940)**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.
- CHOAY, François. **A Alegoria do Patrimônio**. Trad. de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- LACOMBE, Américo Jacobina; SILVA, Eduardo; BARBOSA, Francisco de Assis. **Rui Barbosa e a Queima dos Arquivos**. Brasília: Ministério da Justiça/Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- MESTRE, Joan Santacana; BENITO, Victoria López (coords). **Educación, Tecnología Digital y Patrimonio Cultural. Para una educación inclusiva**. Gijón (Espanha): Ediciones Trea, 2014.
- POULOT, Dominique. **Uma História do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. Trad. de Guilherme João de Freitas. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismêmia S. Silveira. **História & Documento e Metodologia de Pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- SLENES, Robert. O que Rui Barbosa não queimou. Novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 13, n. 1, pp. 117-49, 1983.
- SLENES, Robert. Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora? **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 166-196, mar./ago. 1985.